

CONFISSÃO DE FÉ



**IGREJA REFORMADA
SEMPRE SE REFORMANDO**

INTRODUÇÃO

Introdutoriamente, é necessário que se saiba que somos sobretudo uma igreja estabelecida, organizada e liderada por um presbitério firmado nos princípios da paridade, a fim de promover uma igreja orgânica na sua eclesiologia e reformada na sua teologia. E não é outro o objetivo deste documento senão o de cooperar com o amadurecimento da igreja, de forma a sermos fiéis àquilo que deve ser a igreja segundo a vontade de Deus.

O único fundamento da igreja é a verdade apostólica contida nas Sagradas Escrituras, que revelam Jesus Cristo como Deus encarnado, crucificado, morto, ressurreto e reinando, pois ele, pessoalmente, é o fundamento da igreja (1Co. 3:11).

Podemos dizer que a fidelidade às doutrinas bíblicas que deram origem à identidade da igreja nos caracteriza como uma comunidade que zela pela observância da verdade – tanto a revelada aos profetas da antiga aliança quanto a ensinada pelos apóstolos na nova aliança.

Na totalidade das Escrituras também reconhecemos doutrinas organizadas segundo o labor dos pais da igreja, pois elas são fruto daquilo que nos traz a interpretação da Santa Palavra de Deus, que é o instrumento que detém em si toda autoridade sobre a igreja.

Assim, compartilhamos como igreja cristã os quatro atributos da Igreja verdadeira, a qual é “una, santa, católica e apostólica”.

A Reforma ocupou, e deve continuar a ocupar, um legítimo e significativo lugar na história da igreja. Pois foi um movimento de grande alcance espiritual, cultural, social e político na história da humanidade. De modo que a Cosmovisão Reformada não apenas abrange e influencia diversos setores da vida, como também define nossa identidade teológica como igreja.

Por isso temos compromisso com as verdades centrais da Reforma, tais como, as cinco “solas” que estão abaixo resumidas:

1. SOLA SCRIPTURA. Somente a Escritura é regra inerrante e autoritativa da vida da Igreja (Jo 5:39; 2Tm 3:16).

2. SOLUS CHRISTUS. Somente Cristo pode salvar. A nossa salvação é realizada unicamente pela obra do Cristo da cruz (Gl 3:13; Rm 8:1).

3. SOLA GRATIA. A salvação é concedida pela graça e não depende de obra humana (Ef 2:8,9). É um favor imerecido.

4. SOLA FIDE. Somos justificados por intermédio da fé (Rm 5:1). Na justificação a retidão de Cristo nos é imputada, como o único meio possível de satisfazer a perfeita justiça de Deus (Fp 3:9). A justificação se baseia exclusivamente na fé na obra de Cristo.

5. SOLI DEO GLÓRIA. A glória pertence unicamente a Deus. O Senhor não divide sua glória com ninguém (Is 42:8). A adoração a Deus, seu louvor e sua glória devem ser o centro do culto e da vida cristã.

Juntamente com as solas, nossa soteriologia se conforma aos cinco pontos do calvinismo:

- **Depravação Total:** o homem é incapaz de escolher a salvação por estar morto em delitos e pecados (Gn 2:17; 6:5; 8:21; 1Rs 8:46; Jó 14:4; Sl 51:5; 58:3; Ec 7:20; Is 64:6; Jr 4:22; 9:5-6; 13:23; 17:9; Jo 3:3, 19, 36; 5:42; 8:43,44; Rm 3:10-11; 5:12; 7:18, 23; 8:7; 1Co 2:14; 2Co 4:4; Ef 2:3; 4:18; 2Tm 2:25-26; 3:2-4; Tt 1:15).
- **Eleição Incondicional:** Deus elegeu soberanamente alguns para a salvação, já que o homem é incapaz de qualquer resposta à Deus (Dt 4:37; 7:7-8; Pv 16:4; Mt 11:25; 20:15-16; 22:14; Mc 4:11-12; Jo 6:37, 65; 12:39-40; 15:16; At 5:31; 13:48; 22:14-15; Rm 2:4; 8:29-30; 9:11-12, 22-23; 11:5, 8-10; Ef 1:4-5; 2:9-10; 1Ts 1:4; 5:9; 2Ts 2:11-12; 3:2; 2Tm 2:10,19; 1Pe 2:8; 2Pe 2:12; Tt 1:1; 1Jo 4:19; Jd 1:3-4; Ap 13:8; 17:17).
- **Expiação Limitada:** o sacrifício de Jesus é eficaz apenas para os eleitos, ou seja, Cristo morreu apenas pelos que realmente seriam salvos (1Sm 3:14; Is 53:11-12; Mt 1:21; 20:28; 26:28; Jo 10:14-15; 11:50-53; 15:13; 17:6,9,10; At 20:28; Rm 5:15; Ef 5:25; Tt 3:5; Hb 9:28; Ap 5:9).
- **Graça Irresistível:** quando Deus chama o homem, este efetivamente responde de forma positiva (Jr 24:7; Ez 11:19-20; 36:26-27; Mt 16:17; Jo 1:12-13; 5:21; 6:37, 44-45; At 16:14; 18:27; 1Co 4:7; 2Co 5:17; Gl 1:15; Rm 8:30; Ef 1:19-20; Cl 2:13; 2Tm 1:9; 1Pe 2:9; 5:10; Hb 9:15).
- **Perseverança dos Santos:** todos aqueles que Deus escolheu irão perseverar na fé e jamais perecerão, pois a obra de Deus é completa (Is 54:10; Jr 32:40; Mt 18:14; Jo 6:39, 51; 10:27-29; Rm 5:8-10; 8:28-32, 34-39; Rm 11:29; Gl 2:20; Ef 4:30; Fp 1:6; Cl 2:14; 2Ts 3:3; 2Tm 2:13,19; Hb 7:25; 10:14; 1Pe 1:5; 1Jo 5:18; Ap 17:14).

Confessamos a fé reformada não por acreditarmos que qualquer personagem desse ambiente histórico deva ser adorado, mas por reconhecermos esses homens como instrumentos por meio dos quais Deus abençoou a igreja.

A fé cristã está fundamentada e interpretada por meio de um único enredo descrito nas Sagradas Escrituras, resumindo os aspectos que definem Criação, Queda, Redenção e Consumação.

Assim, a teologia reformada não inventou nenhuma doutrina, antes subscreveu toda a sã doutrina, e nós, aqui, igualmente a subscrevemos:

I. A ESCRITURA SAGRADA

1. As Escrituras foram trazidas à existência por meio do Espírito Santo

As Escrituras são inspiradas por Deus, havendo sido escritas quando homens falaram da parte de Deus, sendo guiados pelo Espírito Santo. As Escrituras são a Palavra de Deus e completamente dignas de confiança. Na forma em que foram dadas originalmente, elas não contêm erros em tudo que afirmam.

Dessa forma a Escritura é infalível, inerrante, suficiente e autoritativa.

As Escrituras não obtêm sua autoridade da igreja nem de qualquer outra fonte, mas sim do próprio Deus. É ao crente habitado pelo Espírito Santo que as Escrituras manifestam sua autenticidade como a Palavra de Deus.

2Tm 3:16-17; I João 5:9; 1Ts 2:13; 2Pe 1:21.

2. As Escrituras são entendidas e aplicadas por meio da ação do Espírito Santo

A cegueira espiritual resultante da Queda deixou os seres humanos incapazes de entenderem objetivamente as coisas de Deus e a obra do Espírito Santo. É somente pela ação do Espírito Santo que os cristãos podem compreender a Escritura segundo seu significado e importância espiritual.

É por meio da Palavra que Deus traz homens e mulheres a si mesmo. O Es-

pírito Santo usa a pregação para a salvação pela fé em Cristo Jesus. Sendo pregadas ou lidas, as Escrituras são proveitosas para o ensino, a repreensão, a correção, a educação na justiça, a fim de que sejamos habilitados para toda boa obra e apresentemos um estilo de vida que honre a Deus. Assim, as Escrituras alicerçam, confirmam e regulam nossa fé e prática.

A Escritura Sagrada é a Palavra de Deus e, por isso, não pode contradizer a si mesma. A Bíblia é uma lente interpretativa e não pode ser compreendida segundo ideologias e pressupostos previamente estabelecidos, a Bíblia interpreta a própria Bíblia. A fim de entender corretamente o texto bíblico, nossas pressuposições precisam estar submetidas a ele, para que o examinemos à luz de si mesmo. A Escritura é de origem e inspiração divinas; por isso somente os métodos interpretativos que adotam com seriedade a doutrina da inspiração podem cooperar ao esclarecimento de seu verdadeiro significado.

Isso inclui a observação dos contextos temporais, culturais e sociais específicos, o uso de regras gerais de interpretação e o estudo de campos de conhecimento relacionados, como arqueologia, história, crítica textual, bem como o estudo das línguas originais. Deve-se sobretudo preservar, com a máxima fidelidade, a intenção do autor.

Um texto bíblico pode ter muitas aplicações e implicações práticas diferentes, mas seu significado primário deve ser interpretado pelos crentes, primordialmente pelos presbíteros, como pedagogos da igreja, a partir do uso cuidadoso dos princípios histórico-gramaticais e histórico-redentores já descritos no parágrafo anterior. Interpretações pessoais, alegóricas, pseudoespirituais e simbólicas devem ser absolutamente rejeitadas.

Mt 28:19; 1Co 12:4-6; 2Co 13:13; 2Tm 3:16-17; 1Pe 1:1.

3. A universalidade da verdade e sua aplicação

A verdade de Deus revelada na Escritura é universal, eterna e relevante para todas as culturas, idades e pessoas. Embora seja possível ter diferentes aplicações dessa verdade, mantemos o compromisso de que essas aplicações sejam autênticas e legítimas extensões dos princípios fundamentais e imutáveis contidos no texto.

Nenhum mestre e nenhuma igreja cristã tem o direito de insistir em crenças que não estejam contidas nesses textos nem de interpretar qualquer desses textos de um modo que contradigam o que Deus revelou de si mesmo em outras partes da

Escritura. Assim mantemos nosso compromisso com aquilo que compõe a ortodoxia reformada na interpretação da narrativa bíblica.

Sl 19:1-4; Rm 1:19-20, 32; 2:1,14-15; 15:4; 1Co 1:21; 2:13-14; Hb 1:1-2; Lc 1:3-4; At. 15:15; Jo 5:46; 2Pe 1:20-21.

II. O DEUS QUE CRIOU E SE REVELOU

1. Os Atributos de Deus

Deus é único, triúno, santo, imutável, autossuficiente, onisciente, onipotente, onipresente, que tudo criou, tudo ordena, tudo sustenta, tudo governa e tudo decreta em plena sabedoria, verdade, bondade, justiça e misericórdia, para sua própria glória, segundo o conselho da sua perfeita vontade, e nada na Criação afeta sua total soberania e poder sobre todas as coisas.

Gn 1:1; Dt 6:4; Jr 10:10; 1Co 8:46; At 4:24; 17:24.

2. Como Deus se revelou à raça humana

Deus manifesta sua existência e poder em toda sua Criação, uma obra terminada e mantida por Ele. O Deus soberano revelou-se particularmente à raça humana, que Ele criou à sua imagem e semelhança. Tanto o homem como a mulher foram criados para que com Ele tivessem uma relação pactual, sendo eles seres espirituais e pessoais, iguais diante dele, dependentes de Deus, com capacidades finitas, distintos em seus papéis para com o cumprimento de suas responsabilidades e complementares em sua relação. Embora não haja em Deus distinção de gênero, Ele se revela a nós em termos masculinos e por meio de um Filho homem: Jesus, o Cristo.

Gn 1:1-3, 27; Rm 1:20.

3. Como Deus se relaciona com a raça humana

Deus é um ser pessoal e relacional. Ele se manifesta por meio de ações e sinais que revelam sua natureza divina e seu poder. Ele destina os homens a um propósito, afim de que eles o obedeçam. Por meio das coisas criadas, Deus expressou seu poder de tal forma que se fez manifesto na natureza, na história e nas consciências; devido a isso não há por que não crer nele.

A Criação é a prova de sua existência e poder. Embora esse conhecimento disponível na Criação não possa nos salvar, deve nos fazer cientes da nossa responsabilidade para com Deus e sua Criação, no que diz respeito a governar sobre a ordem criada, obedecendo ao mandato cultural.

Gn 1:28; 2:7, 21-24.

4. O relacionamento com Deus por meio das revelações especial e escrita e da obra do Espírito Santo

Apesar da Queda, Deus preservou no homem sua inteligência. Porém não há nenhum conhecimento que seja inerente ao ser humano. Todo o conhecimento é revelado, por isso o homem é incapaz de satisfazer a Deus por meios próprios. Para que o homem tenha o conhecimento de Deus e possa, assim, relacionar-se com Ele – livre da cegueira e da morte espiritual que o impede de corresponder ao propósito ao qual Deus o destinou –, o homem necessita de três coisas: da revelação especial manifesta na pessoa de Jesus Cristo; da revelação escrita, que é a Bíblia Sagrada; da ação do Espírito Santo, pela qual podemos obter verdadeira capacitação para entender a vontade de Deus, apesar das limitações advindas da pecaminosidade essencial.

Gn 1:26-28; 2:15; Cl 1:16; Sl 19:1-3; Rm 2:14-15; 2Pe 1:19-21.

5. O relacionamento de Deus com seu povo

Deus é devidamente conhecido do povo com o qual Ele estabeleceu uma relação de aliança, mediante a sua Palavra presente na pregação, na Escritura e na pessoa de Jesus. Ele se manifestou de tal forma no Antigo Testamento que seria o suficiente para conhecê-lo, pois lá estão revelados e registrados os atributos da sua grandeza e do seu poder.

Ele possui características que expressam quem Ele é, e podemos reconhecê-las; porém Ele é diferente de tudo o que criou. Embora Ele se faça conhecido devido a sua infinitude e poder, não pode ser totalmente compreendido nem pode ser definido nos limites da moral, da razão e da lógica humanas; mas, ainda assim, seus eleitos o conhecem por meio das Escrituras e da fé em Cristo Jesus.

Dt 7:9-1; Cl 1:13-20; Hb 13:8.

6. A importância da lei de Deus para seu povo

Deus cumpriu sua promessa feita aos patriarcas Abraão, Isaque e Jacó, de que sua descendência traria a lei. Isso se deu por intermédio de seu servo Moisés. Na Lei está contida a Palavra de Deus, e pelos profetas sabemos qual é a sua vontade e temos conhecimento acerca do nosso Salvador. Essa Palavra foi registrada, por isso mantemos os princípios espirituais descritos ali, pois são sinônimo de que Deus tem um só povo formado por judeus e gentios convertidos à pessoa de Jesus. Essa é a totalidade do seu povo como Igreja, a Israel de Deus.

Gn 17:7,11; Ex 19:5,6; 2 Rs 13:23; Jr 31:31; Ef 3:6.

7. A semelhança de Deus na personalidade humana

Em Jesus Cristo, Deus se revelou uma trindade constituída de Pai, Filho e Espírito Santo, existindo em comunhão pessoal e eterna. Seres humanos, por terem sido criados à semelhança de Deus, apresentam também suas distinções pessoais; o ser humano, porém, existe como uma unidade psicossomática, formada de corpo e alma.

As três pessoas da Trindade se relacionam em amor, sendo igualmente Deus em si mesmas. Essa relação nos é revelada por meio do testemunho do Filho e da autoridade dada a Ele. Assim, por meio da semelhança dele em nossa personalidade, conhecemos o seu amor e o manifestamos em nossos relacionamentos pessoais.

Gn 17:1; Dt 4:15-16; 6:4; 1Rs 8:27; Jô 26:14; Sl 92:2; 145:3; Jr 10:10; Lc 24:39; Jo 6:24; At 14:11, 15; 1Tm 1:17; Tg 1:17; 1Co 8:4, 6; 1Ts 1:9.

8. A realidade da natureza triúna de Deus

O Deus Soberano e invisível é descrito no Antigo Testamento. Ele é o mesmo Pai revelado a nós por meio de Cristo Jesus, que obedientemente cumpriu a vontade desse mesmo Pai. O Filho e o Espírito não estão explícitos no Antigo Testamento, mas participam com o Pai na Criação em todos os seus atos.

Jesus Cristo é o Messias prometido, o Filho de Deus. Essa é uma realidade confirmada tanto histórica como bíblicamente, bem como pela obra do Espírito Santo no meio do povo de Deus em todo mundo .

Jo 1:1-10; Ef 1:1-14.

9. A revelação da natureza triúna de Deus

Em Jesus Cristo, Deus se revelou como Filho, cumprindo a antiga aliança feita com Israel e com todos os seus eleitos, apresentando-se como suficiente meio pelo qual Ele quis se revelar. Por isso não há a necessidade de nenhuma revelação adicional, pois Ele mesmo é Deus encarnado, e a Escritura é o meio pelo qual temos conhecimento dele.

Jesus Cristo, como Filho, nos apresentou a Deus como Pai, e, depois de sua partida, cumpriu a promessa de nos enviar um outro consolador, o Espírito Santo. Assim, é o próprio Jesus que ensina, confirma e dá testemunho da natureza triúna de Deus.

Mt 6:9; Jo 14:7-9.

Observação:

Deus se revelou de forma inteligível e suficiente por meio da pessoa de Jesus Cristo e das Escrituras. Portanto, não se faz necessário o uso de imagens ou retratos dramáticos de Jesus no intuito de auxiliar a adoração.

Ex 20:4-5; 1Co 10:14; Cl 2:9.

III. O PECADO E O SURGIMENTO DO MAL

1. A origem do mal

Deus, sendo bom, não é o autor do mal moral. O mal tem sua origem na rebelião de Satanás, sendo ele a personificação do mal. Ele busca frustrar o plano de salvação determinado por Deus, cegando as mentes humanas em relação à verdade. No entanto, Deus é soberano e se utiliza também das ações de Satanás para cumprir seus santos propósitos e decretos. Deus é soberano; ele usa o mal moral (maldade no coração do homem) e o mal natural (cataclismas, doenças, catástrofes etc.) tanto para fins de juízo como para fins salvíficos.

Gn 3:1-6; Jo 19:11; At 2:23, 4:27-28, 27:23-24, 34.

2. O mal e a humanidade

O mal moral entrou na vida humana por meio de Adão, por ceder à influência de Satanás. Pelo fato de Adão ser o representante de toda a raça humana, sofreremos as consequências herdadas do pecado de buscar ser como Deus, assim como Satanás desejou para si a glória que só ao Eterno pertence. Tais consequências incluem um mundo em desordem, o sofrimento e a morte física.

O sofrimento é uma consequência da Queda e uma experiência comum aos homens, inclusive aos cristãos. Porém Deus governa soberanamente todas as coisas e faz com que todas as coisas contribuam para o bem dos seus eleitos, a fim de que cresçam em conformidade à imagem de Cristo.

Gn 3:1-6,14-19; Rm 1:18-32, 8:28.

3. Os efeitos do pecado na vida humana

Além de serem alvos da morte física, os seres humanos estão espiritualmente mortos e incapazes de se voltarem para Deus, como resultado da Queda. Consequentemente, decaídos de sua retidão original, estão apartados da comunhão com Deus de tal forma que o mundo é o retrato de tal estado de depravação, de modo que este só promove a destruição da Criação e da imagem de Deus nos descendentes de Adão. Tomados de maldade, devida à sua natureza caída, os seres humanos estão reduzidos a um estado de cegueira espiritual, animalidade e loucura, que promovem a supressão da verdade de Deus manifesta na igreja. A esse estado somam-se vãos raciocínios e forças demoníacas, produzindo uma cultura que afronta o próprio Deus. A despeito disso, o Deus Soberano faz com que todas as coisas permaneçam sob seu completo domínio, a fim de que todas as coisas redundem em glória para Ele. Assim, confiamos na promessa de que o Senhor estará conosco até a consumação de todas as coisas, promovendo um bem maior para o seus eleitos.

Rm 1:18-32; 3:9-24.

4. A universalidade do pecado e suas consequências

Não há nação, tribo ou família livre da contaminação do pecado? Não. Todos têm uma origem comum (Adão); todos compartilham de uma herança comum (a Queda); todos estão sob uma condição comum (o pecado). Toda a raça humana está

implicada na Queda e em suas consequências: pecado, alienação, violência, guerra, doença, emoções confusas, sofrimento e morte.

Falando em categorias espirituais, todos os seres humanos compartilham de uma condição de total depravação e de morte espiritual, porque estão em rebelião contra Deus e destituídos de sua Graça. Embora os seres humanos caídos possam descobrir muitas verdades, falta-lhes a estrutura necessária para entenderem-nas como aspectos da verdade de Deus. Como pecadores, eles se recusam a aceitar as consequências da verdade que já têm e, em vez disso, suprimem-na por sua impiedade. A morte física está em operação neles até que retornem ao pó, do qual foram criados. Se Deus não intervier graciosamente, a morte espiritual se tornará morte eterna.

Gn 3:1-7; Rm 1:18-32; 3:9-18; 5:12.

IV. A PESSOA E A OBRA DE CRISTO

1. A glória de Cristo

O objeto central da fé bíblica é a pessoa de Jesus Cristo. Nele se revela o Messias que havia de vir, a segunda pessoa da trindade, Deus encarnado. Por isso cada crente tem o dever de viver uma vida nele, dedicada em serviço e obediência a Ele, de adorá-lo devido a grandeza de sua glória, em gratidão por seu sacrifício. A fé cristã está firmada na afirmação de que Jesus Cristo é plenamente Deus.

Rm 15:17; 2Co 3.18; Fp 4:19; Cl 1:27.

2. O Filho de Deus encarnado é uma pessoa divina com duas naturezas

Cristo tinha uma natureza humana, porém não era uma pessoa meramente humana. A pessoa de Cristo sempre foi o Filho do Deus imutável. Na encarnação, além de sua natureza divina, ele assumiu uma natureza humana no ventre da virgem Maria e nasceu como o homem Jesus de Nazaré, ou seja, Deus e homem, 100% homem e 100% Deus, possuindo todas as qualidades essenciais às naturezas divina e humana.

Cristo tem consciência divina e humana, juntamente com uma vontade divina e humana. A sua natureza divina, que Ele compartilha com o Pai e com o Espírito Santo, não pode sofrer ou morrer. Por isso Ele usa a natureza humana com o propó-

sito de por meio da sua morte pagar o preço do pecado cometido pela humanidade e assim nos reconciliar com Deus Pai. Na cruz, Cristo, sendo 100% homem e 100% Deus, sofreu e morreu.

Jo 1:1,14; 1Jo 5:20; Fp 2:6; Gl 4:4; Hb 2:14, 17, 4:15; Lc 1:27, 31, 35; Mt 16:16; Cl 2:9; Rm 1:3-4; 9:5; 1Tm. 2:5.

3. O Filho de Deus encarnado é um verdadeiro ser humano.

Na sua experiência humana, encarnado como Jesus de Nazaré, o Cristo possuía uma mente e uma vontade humanas, se valendo de uma condição emocional normal, enquanto retinha sua natureza divina. Assim, ele não foi poupado de ter que responder aos dilemas da perda e da necessidade. Ele foi tentado da mesma maneira como qualquer outro ser humano, mas não caiu em pecado. Somente como homem podia ser nosso substituto e, como tal, sofrer e morrer. Pois somente como homem sem pecado poderia pagar pelos pecados de outros. Mas era somente como Deus que ele poderia dar a seu sacrifício um valor infinito e levar sobre si a ira de Deus, para assim livrar outros dela.

Jo 1:14; 8:46; Fp 2:6-8 ; Mt 3:15; Hb 4:15; 7:26; 1Pe 1:19.

4. O Filho de Deus encarnado foi perfeitamente capaz de reconciliar-nos com o seu Pai

O homem Jesus Cristo não possuía qualquer superioridade natural ou objetiva em relação aos outros seres humanos; mas, por conta da sua obediência irrestrita ao Pai, foi capaz de pagar o preço pela salvação do gênero humano. Sendo ele completamente sem pecado, sem incorrer em qualquer culpa, Cristo garantiu a salvação de todos os que foram eleitos.

2Co 5:18-20; Rm 5:10-11.

5. A natureza do corpo ressurreto de Cristo

Depois de três dias no sepulcro, Jesus de Nazaré ressurgiu dos mortos com uma natureza humana transformada, mas ainda reconhecível. Seu corpo ressuscitado era capaz de transcender às leis da Física, embora ainda retivesse suas propriedades físicas. O corpo ressurreto de Cristo não consistiu em uma mera reunião de corpo e

alma; mas, de um modo especial, no restabelecimento da beleza e da força originais de sua natureza humana – erguida, porém, a um nível ainda muito mais excelente.

Em sua ascensão, aquele corpo foi transformado para o estado celestial que Ele ainda possui, e como foi recebido por Deus. Os seres humanos serão ressuscitados, não como Jesus o foi na manhã do domingo da Páscoa, mas como Ele é agora, em seu estado de ascensão.

Seu regresso será físico e visível para julgar os vivos e os mortos (At 1:11; Ap 1:7). Jesus Cristo voltará como Juiz (Jo 5:22, 27; At 10:42; Rm 2:16; 2Co 5:10; 2Tm 4:1). O momento de sua segunda vinda não é conhecido, mas Ele voltará para julgar o mundo e levar consigo o seu povo. Segundo a Bíblia Sagrada, essa será a vitória final de sua obra redentora

1Co 4:5; Fp 3:20; Cl 3:4; 1Ts 4:13-17; 2Ts 1:7-10; 2:1-12; Tt 2:13; Ap 1:7.

6. A obra de Cristo

Foi uma declaração da parte do Pai de que as exigências da Lei foram cumpridas em Cristo (Fp 2:9).

É a causa de nossa justificação, regeneração e ressurreição (Rm 4:25; 5:10; Ef 1:20; Fp 3:10; 1Pe 1:3).

As Escrituras afirmam:

- A Divindade de Cristo (Is 9:6; Jr 23:6; Jo 1:1,18; Rm 9:5; Cl 2:9);
- A Humanidade de Cristo (Jo 8:40; Mt 26:38; Lc 24:39; Hb 2:14);
- A Unidade da Pessoa de Cristo (Jo 17:5; 3:13; 1Co 2:8);
- O Seu Sacrifício (Is 53:5; Jo 1:29; 1Pe 2:24; 1Jo 2:2);
- A Sua Segunda Vinda (At 1:11; Ap 1:7).

V. A PESSOA E A OBRA DO ESPÍRITO SANTO

1.O Espírito Santo como pessoa da Trindade

O Espírito Santo é Deus. Ele é participante da obra da Criação e da Redenção, em ação conjunta com o Pai, tendo concebido e unguído o Filho encarnado e dado poder a ele para realizar seu ministério.

Gn 17:1; Dt 4:15-16; 6:4; 1Rs 8:27; Jó 26:14; Sl 92:2; Sl 145:3; Jr 10:10; Lc 24:39; Jo 6:24; At 14:11, 15; 1Co 8:4, 6; 1Tm 1:17; Tg 1:17; 1Ts 1:9.

2. A obra do Espírito Santo na Redenção

A obra da Redenção executada por Jesus é aplicada pelo Espírito Santo aos crentes individualmente, de forma a promover a união mística com Cristo, o cabeça da igreja, e a união de uns com os outros como família de Deus. É por meio do Espírito Santo que os crentes recebem a convicção de que foram soberanamente escolhidos por Deus. Ele auxilia, ensina, guia e dirige os crentes de acordo com a vontade e o caráter revelados de Deus. Ele santifica os crentes, fala, sonda, testifica, ordena e intercede por cada eleito.

Sl 33:6; 104:30; Ex 28:3; 2Pe 1:21; 1Co 3:16; 12:4.

3. O envio do Espírito Santo no Pentecostes

A vinda do Espírito no Pentecostes foi a realização profética da nova vida para o crente e o estabelecimento da igreja cristã. Os dons extraordinários de revelação dados aos apóstolos naquele tempo não podem ser reivindicados por mais ninguém, pois foram dados a eles para que o plano de Deus fosse devidamente interpretado e conhecido pela igreja. Essa capacidade foi dada só a eles, assim como para os profetas do Antigos Testamento.

Há diversos dons doados pelo Espírito Santo de acordo com sua vontade e que devem ser buscados em humildade, porém devemos observar o desvanecimento gradual desses dons e a perfeita interpretação bíblica da utilidade e da aplicação de cada um deles para glorificar a Deus no serviço da edificação da igreja. Apesar da contemporaneidade dos dons ser uma realidade, ela não inclui novas revelações nem

o dom de línguas, pois tais dons cumpriram seus papéis na fundamentação da sã doutrina e no anúncio universal do evangelho.

Jl 2:28; At 2:1-6, Ez 2:2; Zc 9:30; 1 Co 2:12,13.

4. O Espírito Santo e o avivamento espiritual

O poder do Espírito Santo continua atuante e promove constantemente o avivamento da igreja, de tempos em tempos, por meio de um vigoroso chamamento ao arrependimento, despertar e refrigério espiritual, tornando as pessoas mais conscientes de sua pecaminosidade e levand-as a Cristo, de forma que o reino de Deus possa ser expandido. O Espírito Santo atua nos crentes de forma a torná-los mais cõscios de sua obra em suas vidas e capacitá-los, por meio dos dons, para serem agentes reformadores em prol da manutenção da vitalidade espiritual da igreja.

Is 44:3, Sl 85:6; 2Cr 7:14; At 2:14-18.

5. O Espírito Santo e a batalha espiritual

O Espírito Santo combate ativamente Satanás e seus demõnios, ao capacitar o crente a resistir às artimanhas destes, bem como à própria inclinação pecaminosa humana. Não obstante, o crente tem a responsabilidade de viver uma vida santa e piedosa, na prática das disciplinas espirituais e dos meios de graça.

O Espírito Santo opera livrando homens e mulheres da opressão e possessão demoníacas, libertando-os e habilitando cada um, com as armas espirituais, a resistir ao Diabo.

Observação:

Toda prática “terapêutica” espiritualista, ocultista, animista, mágica, xamânica, ou quaisquer práticas que se assemelhem à feitiçaria e a quaisquer coisas que tragam consigo a aparência do mal ou que contradigam a autoridade e a suficiência das Escrituras ou a confiança na Soberania de Deus são pecado.

Gn 1:2; Ex 28:3; Jô 26:13; 33:4; Sl 33:6; 104:30; Mt 1:10,18,20; 3:16; 12:28; Lc 1:35; 3:22; 4:18,19; Jo 1:32; At 10:38; 1Co 3:16; 12:4; 2Pe 1:21.

VI. A OBRA DE DEUS NA SALVAÇÃO

1. Graça comum

Cremos que Deus exerce graça comum sobre toda a humanidade, de modo a capacitar mesmo pecadores a fazerem coisas boas. Por meio dessa graça, Deus preservou, em alguma medida, a beleza, o prazer e a virtude às pessoas, de modo a permitir às pessoas bênçãos inumeráveis que não são parte da salvação. O termo “comum”, aqui, quer dizer algo que é dado a todos os homens e não é restrito aos crentes ou aos eleitos somente. Isso significa que as pessoas mais habilidosas, mais inteligentes, e de moral mais elevada ainda carecem do evangelho de Jesus Cristo ou serão condenadas eternamente.

A graça comum permite o funcionamento da vida em sociedade – pois promove o trabalho, as artes e a ciência – e torna possível o progresso cultural e civilizatório, apesar da condição caída da humanidade. Ou seja, toda ciência e tecnologia desenvolvidas pelos não-cristãos é resultado da graça comum. Assim, naquilo que eles produzem como um bem comum e nos demais atos de bondade que fizerem devemos ver a mão de Deus, sendo agradecidos, pois Deus por meio deles a todos abençoa e usa tudo isso para a sua glória.

Não que haja duas diferentes espécies de graça no próprio Deus; ocorre, no entanto, que a graça de Deus se manifesta no mundo de duas maneiras diferentes.

A doutrina da graça comum deve estimular nosso coração a uma gratidão muito maior a Deus. Ela é comum porque seus benefícios se estendem a todos os seres humanos sem distinção. Ela é graça porque é concedida por Deus em sua soberania. Nesse sentido, a graça comum distingue-se da concepção de graça especial ou graça salvadora, pois esta é dada apenas aos eleitos.

Sl 73:12-17; Mt 5.45; 7.11; 25:34-36; At 14:16,17; Tg 1:27.

2. O chamado, a eleição de Deus e a graça salvadora

A graça salvadora é suficiente para suprir a salvação de todos os seres humanos, de todas as pessoas de todas as épocas e lugares, se fosse o caso. Mas a Bíblia realmente não diz que todas as pessoas do mundo experimentam essa graça especial. A Escritura não diz que todas as pessoas serão salvas. Podemos dizer que Deus ama apenas aqueles que foram eleitos, unidos a Cristo, colocados em seu povo e predes-

tinados a viverem eternamente com Ele gozando de sua glória – com estes Deus se relaciona de forma especial por meio da graça salvadora.

Segundo as Escrituras, nenhum homem busca a Deus, antes é Ele, em graça e misericórdia, que conduz os homens ao arrependimento. O homem não pode sozinho responder esse chamado senão pela ação do Espírito Santo (e essa ação é realizada apenas naqueles que por Deus foram soberanamente eleitos).

Embora esse amor especial de Deus revelado em sua graça salvadora não esteja sobre todas as pessoas, ele alcança todos os tipos de pessoas. Isso significa que ninguém está qualificado para merecer o amor de Deus.

É por meio da pregação do evangelho do reino, que exige arrependimento de pecados, que os eleitos respondem a esse chamado. Porém somente aqueles cuja mente e coração foram regenerados pelo Espírito Santo são habilitados a se submeterem à Sagrada Escritura. É essa submissão que confirma cada crente como verdadeiramente eleito por Deus.

Is 41:8-9; Mc 4:11-12; Jo 6:37; 6:65; 2Pe 1:10.

3. A natureza da regeneração

A regeneração é instantânea e única, ela é fruto da justificação. A regeneração atinge em cheio nossa natureza humana caída e a transforma de tal modo que passamos da morte para a vida, de um estado de hostilidade contra Deus para um estado de paz com Deus. Desse modo, ela promove uma mudança profunda em nossa condição espiritual, que agora é definida por uma definitiva união mística com Cristo. Vivificados nele, habilitados ao arrependimento do pecado, cremos no evangelho e servimos ao Senhor.

Os cristãos não são apenas pessoas melhores, são seres recriados, regenerados, são novas criaturas em Cristo Jesus. Unidos a Cristo, vivem um relacionamento vital uns com os outros e compartilham de alvos e aspirações comuns como família de Deus.

A regeneração não é apenas uma melhoria moral ou uma melhoria social, mas uma mudança sobrenatural. Não se trata de uma mudança apenas intelectual, mas de uma mudança que atinge sim o intelecto mas também a vontade e as emoções. Essa mudança, que produz santidade é uma obra regeneradora que produz mudanças no caráter. Isso significa que cada crente compartilha em comum a implantação da nova vida. Ela não se refere somente a uma mudança de comportamento, mas a uma

mudança de natureza, uma mudança no relacionamento com Deus, com o próximo e consigo mesmo.

Ez 36:26,27; Ef 2:5; Cl 2:13; Jo 3:8; Tg 1:18; 1 Pe 1:3.

4. A fé

A fé é sobretudo a confiança em Deus e em seu caráter justo, reto, bom e santo. É a confiança plena de que em todas as suas decisões Ele reflete sua própria natureza.

O homem é justificado única e exclusivamente pela fé, sem o acréscimo das obras do mérito humano.

Nenhum homem pode ser levado a crer senão pela ação do Espírito Santo. A fé é doada por Deus, por meio da Palavra, que revela ao homem o seu estado de morte espiritual e sua necessidade de arrependimento. Assim, ele é levado a crer e desfruta então do dom da fé e da bênção da salvação, por meio do compromisso pessoal com Cristo como seu único Senhor. A fé é crer que Jesus Cristo morreu para que pecadores possam ser um com Ele, é confiar nele como único meio de reconciliação e acesso ao Pai e como único meio de salvação. Fé é um ato de entrega no qual a alma do crente descansa somente em Cristo. Na fé há a convicção da beleza do caráter de Deus e da veracidade das Escrituras. É por meio dessa fé que a justiça de Cristo é imputada ao pecador.

Rm 4:5; 10:17; Ef 2:8-9.

6. A justificação

A justificação pela fé significa o ato jurídico da parte de Deus em que Ele declara como justos homens injustos, por causa dos méritos de seu Filho. Isso significa que por sua graça, mediante a fé em Cristo, Deus considera reto aquele que é culpado.

A justificação é o ponto do processo lógico da salvação em que Deus declara que uma pessoa está num estado de redenção.

Cada crente é chamado eficazmente pelo Espírito Santo à justificação; assim, é Deus, por meio da obra de Cristo, que justifica pecadores perante Ele, imputando

a justiça de Cristo aos que por Ele foram soberanamente eleitos e perdoados os seus pecados. Essa imputação da justiça de Cristo remove a culpa, reconcilia o homem e faz dele um crente, com direitos filiais concernentes a esse estado, sendo também herdeiro de uma herança eterna. Conforme descrevem as Escrituras, os homens regenerados tornam-se cordeiros com Cristo.

Rm 3:24-28; 5:1; 1Co 6:11; Gl 2:16.

7. A justiça de Cristo é a base de nossa justificação

A justiça de Cristo envolve sua vida de perfeita obediência a cada mandamento da lei de Deus e sua morte na cruz, pela qual Ele suportou a penalidade da ira de Deus devida aos pecados de todo o seu povo, uma obra selada por sua ressurreição triunfante. Os crentes compartilham agora do status de justos como Cristo, o qual satisfaz todas as exigências da lei de Deus, em lugar e em favor deles. A base da justificação dos pecadores é unicamente a perfeita justiça de Cristo.

Rm 4:22-25; Cl 1:21-22; Gl 3:9,13-14; 1Pe 1:18-20; 1Jo 1:7, 9; 2:1-2.

8. A adoção dos crentes em Cristo

Pela graça, Deus converte pecadores de servos de Satanás a servos de Cristo, todavia Deus promete mais do que isso. Deus manifesta seu amor paternal para com os pecadores perdidos, adotando-os como seus próprios filhos. Através da adoção, Ele lhes dá todos os direitos, privilégios e proteção, como pertencendo à sua família e tendo o seu nome. Eles se tornam filhos adotivos do Pai, irmãos de Cristo e cordeiros com ele.

A posição de Cristo como eterno Filho de Deus não criado é única. No entanto Ele não se envergonha de chamar seus irmãos àqueles que salvou. Esses filhos de Deus adotados são herdeiros da herança que Cristo obteve para eles, a plena medida das bênçãos da Redenção.

Como filhos de Deus, os crentes compartilham de todas as bênçãos providas por Deus para a sua família. Como resultado do testemunho interno do Espírito Santo, eles reconhecem e se dirigem a Deus como Pai. Eles são objetos do amor de Deus, de sua compaixão, de seu cuidado pelas necessidades deles. Os filhos de Deus têm o privilégio de compartilhar dos sofrimentos de Cristo e de sua glorificação subsequente. Os filhos de Deus têm outro privilégio, que confirma a sua adoção: a experiência da disciplina paternal de Deus.

A adoção tem uma dimensão presente, mas também uma dimensão escatológica, que é um elemento da esperança cristã. Porém a adoção não está em nós. Deus não nos escolheu porque éramos santos e irrepreensíveis, merecedores de sermos seus filhos. Ele nos escolheu para sermos santos e irrepreensíveis, e para que pela obra de Cristo e nossa união com Ele pudéssemos ser seus filhos. Assim, a adoção nos garante, por meio de Cristo, novos corpos na ressurreição, quando os crentes desfrutarão a “liberdade da glória dos filhos de Deus” juntamente com a criação renovada.

Rm 8:14-16; 9:3-6; Ef 1:5, Gl 3:26.

10. A obra do Espírito Santo em santificar

Segundo as Escrituras, que se testificam em nossas próprias vidas, o Espírito Santo opera na vida daqueles que foram justificados e adotados, a fim de torná-los santos e transformá-los segundo a semelhança de Cristo. A obra de Deus no crente inclui tanto o querer como o realizar o que Ele exige. A obediência ativa aos mandamentos do Senhor é essencial. A santificação exige mortificar tudo que é pecaminoso na vida humana gradualmente. Também exige que sejam desenvolvidos novos hábitos e padrões de pensamento, levando o crente a um serviço de piedade diante de Deus.

11. O aperfeiçoamento cristão

Segundo a Escritura, durante esta vida, nenhum crente está completamente livre do pecado, e a santificação progride em níveis variáveis. É uma obra de Deus a santificação dos seus eleitos, que respondem em obediência por meio da sua disciplina, essa obra será completada pelo poder e pela graça de Deus. O espírito é plenamente santificado por ocasião da morte, unindo-se “aos espíritos dos justos aperfeiçoados”. Na ressurreição, o corpo do crente compartilhará dessa perfeição e será tornado semelhante ao corpo glorioso de Cristo. Por fim, cada crente portará a imagem do homem “celestial”.

Diante do que já foi exposto, fica claro o que se segue:

Cada crente foi eleito e predestinado (Ef 1:3-5). Embora o estado do homem natural seja de morte espiritual (Ef 2:1-4). Pois a regeneração é obra do Espírito Santo (Jo 3).

Somos gerados de novo mediante a Palavra de Deus (1 Pe 1:23). A fé vem pelo ouvir, e o ouvir pela Palavra de Deus (Rm 10:17).

Somos justificados pela fé, e não pelas obras (Rm 3:30; 5:1; Gl 2:16-20). Os justificados têm paz com Deus (Rm 5:1,2).

Os que foram feitos novas criaturas foram feitos servos da justiça e andam em santificação (Rm 6:18,22).

Somos adotados por Deus como filhos em Cristo, e somos coerdeiros com Cristo (Rm 8:15-17; Gl 4:4-6).

Ao crermos em Cristo, somos selados com o Espírito Santo da promessa, que é o penhor da nossa herança. Isso implica na segurança da salvação e na certeza da glorificação futura (Ef 1:13,14).

A salvação é, de forma total, uma ação da graça de Deus. A salvação não é uma obra do homem, mas do Senhor. O homem não possui qualquer mérito nesse processo.

VII. A VIDA CRISTÃ

1. A espiritualidade autêntica

A espiritualidade cristã é a própria relação com Deus, definida pela reverência, obediência à sua vontade revelada nas Escrituras e amor profundo a Deus. Nela o crente vive cotidianamente um exercício de piedade, marcada pela adoração pessoal e comunitária (culto público), oração, jejum, leitura das Santas Escrituras e meditação nelas.

O crente deve crescer em dependência dessa relação pessoal com Deus, em perene obediência a Ele e em um relacionamento correto de amor para com o próximo. A igreja, como família de Deus, se torna alvo de nosso prioritário amor.

A piedade cristã é prática e leva à transformação segundo a semelhança de Cristo. Não se direciona ao ego, ela cresce em união actual com o Deus trino e em comunhão crescente com o povo de Deus no mundo. É o resultado da genuína regeneração espiritual mantida e governada pelo Espírito Santo.

2. Meios de graça

A vida cristã começa pela graça, pela atividade do soberano Espírito de Deus, e deve ser continuada da mesma maneira. Isto não significa que não existe qualquer atividade da parte do crente, ao contrário disso, o crente deve lançar mão dos meios de graça, os quais são os instrumentos pelos quais Deus transmite bênçãos ao seu povo. Trata-se de recursos visíveis e comuns pelos quais Cristo transmite à sua igreja os benefícios de sua mediação.

Na expressão “meios de graça” a palavra “meio” é empregada no sentido de “recurso empregado para alcançar um objetivo”. Por conseguinte, através dos meios da graça, Deus concede força, paz, conforto, instrução, disciplina, orientação, alegria e muitas outras coisas necessárias à vida cristã. Ainda que a expressão meios da graça não se encontre na Bíblia, trata-se de uma designação adequada para aquilo que está ali ensinado. Há dois tipos de meios da graça: os particulares e os públicos

Particulares:

- Leitura da palavra;
- Oração;
- Meditação.

Públicos:

- Culto;
- Oração coletiva;
- Batismo e ceia.

Esses meios determinam que há uma forma de piedade pessoal e uma forma de piedade comunitária, de tal forma que a vida cristã só é plena na medida que ambas as formas são praticadas igual e integralmente.

3. Os resultados da piedade

Os resultados da piedade incluem mente, coração, palavras e ações transformadas, desejo de orar e uma vida que cresce continuamente à imagem de Cristo. A

piedade produz um crescimento vitalício na autorrenúncia, um tomar diariamente a cruz e seguir a Cristo, praticando o amor, o serviço, a paciência, o perdão, a gentileza, a compaixão e a bondade para com todos, especialmente para com aqueles que pertencem à família cristã.

Tal realidade envolve a entrega contínua de nós mesmos em devoção total a Deus. Isso leva o crente a experimentar alegria indizível, temor filial, profunda reverência altruísta, amor intenso, compaixão e ousadia comedida. Tudo isso equilibrado com humildade, respeito, contentamento, confiança sincera, obediência, esperança crescente e a paz de Deus em meio às provas, tristezas e sofrimentos.

4. Experiências espirituais

Uma vida espiritual centrada em Deus recebe as experiências espirituais como um dom do Espírito Santo. À medida que procuramos nos achegar ao Deus triúno, somos recordados de que estamos sempre vivendo em sua presença, onde quer que estejamos. Por isso somos motivados a cumprir nosso chamado para sermos instrumentos de sua graça transformadora onde quer que sua providência nos tenha colocado. A experiência de nossa união pactual com Deus nesta vida é um antegozo da glória da comunhão com Deus na era do porvir.

VIII. A IGREJA

1. Sua natureza

Cremos que a igreja é santa, católica e apostólica. Ela é tanto a comunidade invisível de todos os cristãos (conhecidos somente por Deus), como a igreja visível na terra, em suas muitas comunidades. A igreja é o espiritual e sobrenatural corpo de Cristo, que é o cabeça da igreja. Todo cristão está unido a Cristo e ligado a cada outro cristão por Deus, constituindo, assim, a igreja. Na vida da única igreja católica, apostólica e santa, a adoração a Deus, a comunhão, as Escrituras Sagradas, as ordenanças e as missões são centrais.

Isso significa que a igreja não é um clube comunitário, onde o fim é ter uma atividade para públicos particulares com necessidades sociais particulares. A igreja não está centrada em oferecer às pessoas uma programação.

A igreja não é uma sala de espetáculos afim de oferecer algum entretenimento para ser consumido passivamente.

A igreja não é uma sala de aula, embora a igreja esteja envolvida amplamente em uma dinâmica de ensino, esse aspecto não pode ser um item de consumo onde as pessoas obtêm bom ensino mas não se engajam no real propósito desse ensino.

A igreja não é um spa, onde está sendo oferecida uma oportunidade de um tipo de ócio terapêutico cujo principal propósito é curar a mim mesmo.

A igreja não é um centro de desenvolvimento de técnicas motivacionais para tratar a sua autoestima.

A igreja não é uma ONG. A igreja deve cuidar dos desvalidos, mas seu primordial cuidado em relação aos que sofrem é chamar pecadores ao arrependimento.

A missão do povo de Deus é adorar. A adoração comunitária informa que a vida será uma constante reprodução do que se inicia no culto. Logo, a missão existe em função do culto, a vida é uma reprodução do culto. Portanto, a vida deve ser vivida em constante adoração.

Creemos que a igreja é enviada ao mundo para testemunhar de Jesus, para proclamar o evangelho e fazer discípulos de todas as nações. Esta é a nossa tarefa. Esse é o nosso chamado central.

2. Os ministros da igreja

A Escritura indica certo número de ministros que Deus outorga à igreja em diferentes épocas: apóstolos, profetas, presbíteros, diáconos e evangelistas. Hoje, em cada igreja local, tem de haver presbíteros e diáconos. Os presbíteros devem ser os pastores, supervisores e exemplos de vida moral e piedosa; eles devem dedicar-se à pregação e ao ensino.

Os diáconos devem cuidar dos pobres e necessitados e atender às necessidades práticas, financeiras e materiais da igreja. Assim como no caso do presbiterato, o diaconato é um ofício espiritual que exige qualidades espirituais.

Os presbíteros são os guias e líderes da igreja. A esses homens a igreja deve respeito, obediência e honra pelo trabalho de ensinar, discipular, aconselhar, exortar, conduzir e governar a família de Deus e cuidar dela como copastores de Cristo.

Muitos cristãos divergem sobre se as mulheres podem servir como diaconisas, mas há evidências que apontam esse serviço na igreja primitiva. E em tal ministério elas são uma grande bênção para a igreja. As mulheres que servem são encorajadas ao utilizarem seus dons. Portanto, podem servir como missionárias, professoras e diaconisas, porque o ofício diaconal é servir e não liderar. Desse modo elas correspondem ao papel de ajudadoras, porém o ensino autoritativo e o governo da igreja está reservado unicamente ao presbitério.

Ef 4:11; 1 Tm 3:11; 5:17-20; 1 Ts 5:12,13; Hb 13:17; 1 Co 16:16; Rm 16:1

O pastor bivocacionado não é menos importante ou menos pastor que um pastor de tempo integral. Pastores que exercem seu ministério em tempo parcial são tão dignos, tão pastores quanto os demais. Um pastor bivocacionado pode estar recebendo um salário por seu trabalho secular, mas ele é um pastor, um ministro do evangelho, ele não deixa de ser pastor quando recebe remuneração de algum órgão ou empresa. Esse pastor bivocacionado é honrado, um homem que está disposto a trabalhar o dobro para poder sustentar sua família e dar liderança pastoral para a igreja por ele pastoreada.

Um pastor bivocacionado tem por função servir eclesiasticamente, cooperar com o governo da igreja, ajudar em dinâmicas administrativas, discipular, visitar, aconselhar, pregar, ensinar, porém em caráter de tempo parcial.

At 18:3; 1Co 9:15-19; 2Co 11:7-13.

O pastor integral está envolvido em muitas atividades, que por vezes o impedirão de desempenhar uma profissão qualquer. Pois cabe ao pastor preparar o presbitério para o serviço eclesiástico, administrar a diaconia, discipular, visitar, aconselhar, pregar, ensinar. Ele ainda precisa ter tempo para orar e estar frequentemente estudando já que ele é o pedagogo do presbitério e de toda a igreja. O trabalhador é digno do seu salário conforme Lucas 10:7. Paulo diz que foi o próprio Senhor Jesus quem ordenou que os “que pregam o Evangelho que vivam do Evangelho”. É justo que um pastor integral receba salário quando ele realmente age de acordo com a Palavra de Deus.

O salário pastoral deve ser simplesmente uma remuneração digna para esse que serve vocacionalmente e integralmente trabalhando na obra do Senhor possa sustentar seu lar e viver dignamente. Definitivamente o salário pastoral não deve ser um meio de enriquecimento.

Lc 10:71; 1 Co 9:8-14; 1 Tm 5:17.

3. Culto a Deus

A responsabilidade primária da igreja é o culto a Deus. A natureza e o conteúdo desse culto são determinados pelo próprio Deus e revelados para nós nas Escrituras. Deve incluir o cantar louvores a Deus, a leitura e a pregação das Escrituras e as orações, sem quaisquer outros aspectos que possam simbolizar foco na pessoa humana ou mero entretenimento.

Ex 20:4-6; 1Co 3:16,17; Ef 2:21,22; 1Pe 2:5.

4. A “autonomia” da congregação local

Cada congregação de crentes possui certo grau de autonomia sob a liderança dos presbíteros submetidos ao primeiro corpo de presbíteros da IRC. Mas há também uma unidade mais ampla com todas as outras congregações, caso elas existam. Essa inter-relação precisa ser intencionalmente trabalhada para manter alinhada a qualidade relacional e teológica de cada congregação.

5. Os Sacramentos

Um sacramento é um sinal visível de uma graça interior e invisível. É instituído por Cristo e representa a obra de Cristo. Assim, como igreja reformada, reconhecemos somente dois sacramentos: o batismo e a Ceia do Senhor (ou Eucaristia ou Santa Comunhão). Esses são frequentemente identificados com os dois sacramentos da igreja do Antigo Testamento: a circuncisão e a Páscoa. O batismo é um rito de introdução na igreja cristã. Deve ser ministrado com o uso de água, dessa forma nossa conclusão é o Credobatismo.

Não somos salvos por nascimento, somos salvos pela fé soberanamente doada por Deus por meio do sacrifício de Jesus Cristo. A Ceia do Senhor aponta para a morte de Cristo na cruz, usa o pão e o vinho como símbolos do corpo e do sangue de Cristo e é celebrada dominicalmente. Este sacramento também concede aos crentes uma oportunidade para o fortalecimento da fé, bem como comunhão em Cristo e alimento espiritual. Nele certamente gozamos da presença mística de Cristo, enquanto proclamamos sua morte e ressurreição até que ele venha.

6. A Adoração a Deus com nossas finanças

A adoração a Deus por meio das finanças é bíblica e a referência veterotestamentária ensina que o dízimo de Abraão e Jacó foram completamente voluntários, não obrigatórios. Tudo isso nos informa que devemos, sim, contribuir financeiramente, porém de forma voluntária e amorosa.

Não há no Novo Testamento nenhuma referência a uma contribuição mínima que seja obrigatória. Por isso mantemos o padrão indicado pelo apóstolo Paulo:

“...Cada um contribua segundo tiver proposto no coração...” (2Co 9:7).

Isso não significa que nossa prática deva ser feita sem o devido compromisso com a missão da igreja, mas como reflexo do nosso coração diante de Deus. Entenda-se que fazer de forma voluntária significa fazer sem que haja coação.

O que se vê na prática da igreja primitiva, segundo o relato bíblico, são ofertas voluntárias. Paulo afirma que, se a contribuição não for voluntária, não deve ser dada, pois deve ser praticada com alegria, generosidade, liberalidade e presteza em ofertar.

Porém se algum irmão deseja dizimar voluntariamente, com base em uma convicção, não há nenhum problema. Pois o ato da oferta é parte da nossa adoração, segundo está descrito no Novo Testamento. Ofertar faz parte do nosso compromisso com a missão de Deus realizada pela igreja, segundo a capacidade de cada um.

Assim compreendemos que o propósito das contribuições existe em função dos fins abaixo relacionados:

- Sustento de obreiros de tempo integral (apóstolos, profetas, evangelistas, pastores, mestres e diáconos);
- Socorrer igrejas locais carentes;
- Custear a expansão da obra (encaminhar obreiros em jornadas do reino de Deus);
- Socorrer necessitados da igreja e de seu entorno;
- Demandas materiais e logísticas da obra da igreja local.

IX. A TRADIÇÃO

1. A existência e a validade das tradições apostólicas

Toda igreja cristã vive de acordo com a regra de fé herdada da era apostólica. As Escrituras Sagradas são a única forma singularmente autêntica e normativa dessa regra, pela qual todas as outras crenças e práticas cristãs devem ser medidas. As igrejas apostólicas tinham, sem dúvida, costumes que não são relatados na Escritura ou recomendados por ela, mas essas tradições não são impostas aos cristãos de gerações posteriores.

De modo semelhante, embora seja possível que os escritos perdidos dos apóstolos sejam achados algum dia, eles não serão considerados como Escritura Sagrada, porque não são um legado do tempo dos apóstolos como parte de regra normativa. Nossa fé e nossa tradição estão limitadas ao Santo Cânon da Escritura, inspirado e preservado pelo Espírito Santo.

2. A autoridade de credos e confissões

Durante o curso de sua história, a igreja tem adotado credos e confissões de fé para esclarecer o ensino das Escrituras. Esses documentos e outras decisões semelhantes a esses documentos nos serviram de inspiração. No entanto eles não são infalíveis, assim como essa nossa confissão também não é. Porém se no futuro estiverem claros pontos que puderem ser mostrados como discordes do ensino da Escritura e nos quais o ensino puder ser mais claramente expresso de maneira diferente, a igreja, por meio do seu presbitério, é livre para alterá-los para que sejam mais coerentes com a Escritura.

3. A resposta dos reformadores às tradições herdadas

Os reformadores do século XVI empreenderam uma revisão completa das tradições da igreja e abandonaram aquelas crenças e práticas que eram claramente contrárias ao ensino da Escritura. Alguns foram mais além, descartando tradições que não eram apoiadas pela Escritura, embora não fossem necessariamente contrárias a ela. Um exemplo disso foi a celebração do Natal em 25 de dezembro, que não tem base bíblica, mas que para alguns serve de testemunho quanto à doutrina neotestamentária da encarnação de Cristo – a partir desse exemplo optamos pelo espírito de moderação. Tradições desse tipo podem ser retidas, modificadas ou descartadas de acordo com o discernimento da igreja local, contanto que com isso não comprometa nenhuma doutrina bíblica fundamental.

4. Padrões de culto e de governo da igreja

Os estatutos do ministro são as Escrituras Sagradas; o círculo dos crentes reunidos num lugar específico para cultuar a Deus compõe uma comunidade local (At 5:11; 8:1; 11:22,26; 12:1,5; 1Co 11:18; 14:19,28,35; Rm 16:4; Gl 1:2; Cl 4:16 1Ts 2:4).

A comunidade local também denota a “Igreja nas casas” – conforme se reunia a igreja primitiva na casa de algum irmão – governada e instruída, porém, por um presbitério que, submetido à Escritura, é o único que detém autoridade sobre o governo e o ensino da igreja (Rm 16:5,23; 1Co 16:19; Cl 4:15; Fm 2).

Cristo governa a sua Igreja, diretamente, sem mediadores, sem intermediários, sem sucessores, sem pontífices. Faz isso por meio de seus ministros: homens vocacionados, eleitos, chamados e colocados no ministério de modo a formar um presbitério que jurisdiciona o pastor, jurisdiciona também a Igreja. Sobre ambos o presbitério tem autoridade legal. Dessa forma, a condução do culto e a exposição da Palavra como ensino autoritativo da igreja é da incumbência dos presbíteros.

Dispomos também de outros ambientes de ensino como escolas bíblicas e momentos específicos de oração. Porém os ambientes centrais devem ser a “Igreja nas Casas” e o culto dominical.

A igreja nas casas deve ser uma reunião bíblica, reverente e participativa, cujos elementos que a constituem são:

- Oração;
- Cânticos;
- Ensino;
- Mútua edificação e comunhão.

O culto deve ser unicamente e devidamente bíblico, evangélico, actual, histórico, alegre, litúrgico, reverente e participativo.

Com isso temos formulada nossa liturgia:

1. **Oração**
2. **Reflexão e pedido de perdão – (Contrição)**

3. **Reflexão devocional**
4. **Louvor**
5. **Oração do Pai nosso**
6. **Exposição da Palavra**
7. **Ceia**
8. **Ofertório**
9. **Benção final**

Gn 4:7; 8:20; 35:11,14; Êx 3:18; 5:1; Dt 31:9-13; 2Cr 7:3; 34:30; Ne 8:6, 8; 1Tm 4:13, Rm 10:17; 1Co 1:21;10:21;11:20; 14:26-33; Tg 1:18, 2Tm 4:2, Ef 5:19; Cl 3:16; At 2:42; 20:7; 2Co 9:7; 13:13; Hb 10:25.

5. O dia do Senhor

O culto a Deus no domingo é claramente praticado na igreja primitiva. Isso não limita o culto a uma reunião dominical; entendemos, no entanto, o domingo como fator mandatário do shabbat (dia do descanso e culto público) como sendo uma ordenança vinda do Pacto Adâmico e do Evangelho. Se todos os aspectos da Lei devem ser considerados dignos de obediência, então o Dia do Senhor também deve ser obedecido. Pois é o dia no qual o Senhor nos dá oportunidade de repousar de nossas próprias obras e nos concentrar nas obras de dele.

O Dia do Senhor é para o povo do Senhor como um antegoço ou penhor do céu que nós tanto almejamos. Assim, nesse dia, o culto, o descanso e o serviço voluntário a outros irmãos fazem parte do que configura a validade desse dia.

Ex 20:1,2; Lv 23:3; Lc 4:16; At 20:7; 1Co 16:2.

X. MISSÕES E EVANGELIZAÇÃO

1. O que são missões

A missão não é uma atividade que nasce no coração do homem, a missão está no coração de Deus. A missão não é primordialmente uma atividade da igreja, mas um atributo de Deus. Deus é um Deus missionário que enviou seu Filho; Pai e Filho enviaram o Espírito Santo; Pai, Filho e Espírito Santo enviaram a Igreja.

A palavra “missão” não é encontrada claramente nas Escrituras; embora o conceito de que Deus determine uma missão para si mesmo, uma missão para o Senhor Jesus e uma missão para a sua igreja deixe claro que há algo ordenado por Deus a ser realizado pelo seu povo.

Em obediência à comissão de nosso Deus, temos de apresentar duas mãos às pessoas: (1) a mão que as chama ao arrependimento, à fé e à reconciliação eterna com Deus, por meio de Cristo; (2) a mão que manifesta obras de misericórdia, justiça e compaixão, estendendo a bondade do reino de Deus na terra, em nome de Cristo. Esse é o exemplo que Cristo mesmo nos deu. Viver conforme esse exemplo proclama que somos conformados à imagem de Cristo e recebemos o Espírito Santo como as primícias e garantia da nova Criação de Deus – a qual, por meio dele, está habilitada a revelar a sua bondade.

Mt 28:19,20; Mc 16:9-20;1 Co 9:16.

2. A extensão da chamada a realizarmos missões

Nossa proclamação do evangelho tem implicações sociais. Quando o evangelho nos chama a amar as pessoas e a Deus e conduzi-las ao arrependimento e a mudanças em todas as áreas da vida, isso indica nosso envolvimento social como aplicação evangelística. Nisso damos testemunho da graça transformadora de Jesus Cristo. Se ignorarmos as pessoas que sofrem, traímos a grande comissão pela qual Deus nos envia a servir ao mundo. Se ignorarmos essa comissão, estamos em rebelião contra Deus. Nossa obediência a Deus estimula nosso zelo por missões, ao fazer-nos confiar totalmente nele. Isso torna o nosso testemunho tanto ousado como amável, atraindo a atenção dos homens a se converterem pela loucura da pregação.

Mt 9:36; Mc 6:44.

3. A compaixão dos cristãos para com o mundo

Afirmamos a grande necessidade de que, em nome de Cristo, os cristãos sejam vestidos de compaixão em meio à pobreza, às doenças, à injustiça e a todas as formas de infelicidade humana. Devemos assistir misericordiosamente os necessitados com uma qualidade de vida espiritual que nos permita entrar numa comunidade sofredora, não como salvadores, e sim como servos de Cristo, o salvador.

Lc 10:25-37.

4. A transformação da comunidade humana

Nossa única esperança está na promessa de Deus, essa é uma esperança escatológica fundamentada em nossa confiança na aliança entre Deus e seu povo. Por meio da consumação dessa promessa, mantida por meio da obra de Cristo, haverá novo céu e nova terra.

Não é possível haver qualquer mudança significativa no caráter humano se não pela conversão genuína à pessoa de Cristo Jesus. Em virtude disso, é falaciosa qualquer proposta revolucionária em torno de política, sistema econômico ou filosófico para oferecer satisfatoriamente mudanças efetivas para a humanidade.

Porém, em obediência ao mandato cultural, como regenerados pelo Espírito Santo, não nos isentamos de nossa responsabilidade social e política; assumimos, assim, nossa posição conservadora como sal da terra, segundo aquilo que Jesus Cristo nos designou.

Sl 2; Ap 21:2-3; Zc 8:22; 14:16; Is 35:1-2; 65:22; Os 2:18; Jo 11:25; 1 Ts 4:13-18.

XI. LEIS E ÉTICA

1. A lei natural

A lei de Deus é a expressão de seu amor e revela suas exigências justas para a raça humana. Foi escrita no coração do homem na Criação, e, apesar da queda no pecado, o homem ainda tem conhecimento das exigências dessa lei por meio de sua consciência. No Éden, Deus também revelou sua vontade para o homem em forma verbal, na ordem de não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal.

2. A lei de Moisés

A lei de Moisés continha elementos cerimoniais que prefiguravam a pessoa e a obra de Cristo e a vida de sua igreja. Portanto, essas prefigurações já se cumpriram. A lei também continha elementos judiciais que formavam a vida cívica e proviam princípios de justiça que deviam refletir-se na vida e nas leis de todas as nações. Os elementos morais da lei continuam a prover o padrão do viver piedoso. A lei de Deus mostra ao pecador o seu pecado e lhe indica Cristo como o único Salvador. Além

disso, a lei proporciona um padrão de restrição quanto à expressão do pecado na sociedade. É também o guia do cristão para a vida, revelando tanto o pecado a ser odiado como a justiça a ser seguida, de modo que ele seja renovado à imagem de Cristo.

3. Cristo como o cumprimento da lei

Cristo cumpriu as exigências da lei transgredida, tornando-se maldição por seu povo eleito. Aqueles que foram trazidos à fé em Jesus expressam seu amor por obedecerem aos mandamentos de Cristo, mediante a capacitação do Espírito Santo. Porém eles não são salvos pelas obras da Lei mas pelo sangue de Jesus.

4. Ética sexual e matrimonial

As Escrituras afirmam o casamento monogâmico, heterossexual e instituído por Deus, no qual o homem é o líder determinado por Deus e sua mulher sua ajudadora. Ambos deixam suas famílias e unem-se um ao outro em um relacionamento que dura por toda a vida.

A igreja deve preservar esse modelo de família, segundo a Sagrada Escritura. A igreja deve reprovar e rejeitar relacionamentos sexuais fora do casamento, bem como a união entre pessoas do mesmo sexo, pois esses modelos ferem o plano original de Deus.

Os desejos sexuais são satisfeitos dentro dessa união e em nenhuma outra forma de relacionamento. Portanto, é absolutamente vedado o sexo fora do casamento. Os filhos nascidos devem ser criados e educados no conhecimento da mesma ética sexual descrita nas Escrituras. Por isso estabelecemos a corte como um período determinado que prepara casais para o noivado e, conseqüentemente, o casamento. Esta só é permitida única e exclusivamente entre cristãos.

A dissolução de um casamento pelo divórcio, em caso adultério, não deve ser uma decisão autorizada deliberadamente. A igreja e seus presbíteros devem sempre exercer, nesses casos, a excelência do ministério da reconciliação, a não ser quando um dos cônjuges abandona irremediavelmente o outro ou quando a vida do cônjuge se vê em risco, como em casos de violência doméstica.

Gn 1:27; 2:24; I Co 10:23; Gl 5:19-21; Ef 5:21; Hb 13:4 1 Pe 3:1-8; Tt 2:2-6.

5. Planejamento familiar

O planejamento familiar é aceitável, mas a contracepção por métodos como tomar uma pílula depois da concepção ou pelo aborto de um feto é, realmente, a destruição de uma nova vida. Para casais que têm dificuldades de concepção, a fertilização in vitro (IVF) é aceitável, embora o uso de doador de esperma e de barrigas de aluguel não o seja; porque essas práticas, mesmo sendo clinicamente possíveis, interferem no relacionamento conjugal.

Consideramos pecado experimentos com embriões humanos, assim como experiências com seres humanos adultos que podem resultar em doenças, impotência e morte. Embora a clonagem (“transferência nuclear de célula somática”) de humanos seja tecnologicamente possível, nem a “clonagem reprodutiva” nem a “clonagem terapêutica” satisfazem o modelo bíblico em que sexo e procriação são partes do relacionamento de aliança do casamento. As descobertas científicas humanas, ainda que sejam intrinsecamente boas em si mesmas, podem ser usadas em desafio à ordem moral de Deus para o seu mundo. A vida e a capacidade de gerar filhos têm de ser vistas como dons de Deus, os quais são dados soberanamente.

6. O prolongamento da vida

A Queda sujeitou o corpo humano a várias doenças, e a medicina moderna é capaz de socorrer com tratamentos, drogas e operações apropriadas. Os transplantes de órgãos são uma extensão legítima dessas intervenções médicas para curar enfermidades e prolongar a vida.

7. O término da vida

Assim como a criação de uma nova pessoa é uma ação de Deus, assim também é Ele quem determina o fim da vida dela. Tanto a origem como o término da vida estão em seu controle soberano. Ainda que medicamentos possam ser usados para aliviar a dor, eles não devem ser usados para interromper a vida humana, tampouco como fonte de prazer individual ou para induzir estados extrassensoriais. Embora a tecnologia moderna possa capacitar uma pessoa a se manter artificialmente viva, quando não existe mais nenhuma evidência de atividade cerebral, desligar tais equipamentos não é errado.

XII. ESCATOLOGIA

1. O plano eterno de Deus

Bem no princípio do tempo, houve uma promessa a cumprir-se no fim da provação de Adão, o descanso sabático de Deus e a promessa da vida eterna procedente da árvore da vida. Tudo isso antecipava a intenção de Deus no sentido de aperfeiçoar o que Ele fizera muito bom. Paulo viu a ressurreição (a recriação) do último Adão como a Consumação da Criação do primeiro Adão antes da Queda.

A história da Redenção é o desenvolvimento dos propósitos redentivos de Deus, que culminam na vida e na morte do Salvador e conduzem à salvação das nações e à recriação escatológica do céu e da terra. No tempo presente, aqueles que estão unidos a Cristo já experimentam o poder do mundo vindouro pelo Espírito Santo, que vive neles. Ainda que eles experimentem a morte, já sentem um gosto da ressurreição futura.

2. O estado da morte

Imediatamente, após a morte, as almas dos homens retornam a Deus, enquanto seus corpos são destruídos. Eles não entram em um estado de sono. As almas dos salvos entram em um estado de perfeita santidade e alegria, na presença de Deus, e reinam com Cristo, enquanto aguardam a ressurreição. Essa felicidade não é frustrada pela recordação de suas vidas na terra, visto que agora consideram tudo à luz da vontade e do plano perfeitos de Deus. A felicidade e a salvação deles acontecem tão somente pela graça de Deus. Eles não têm qualquer poder de interceder pelos vivos ou de se tornarem mediadores entre eles e Deus.

As almas dos perdidos não são destruídas após a morte, mas entram em um estado de sofrimento e trevas, banidas da presença de Deus, enquanto aguardam o dia do juízo. Não há outros estados além desses dois, após a morte. Nem as almas dos salvos, nem as dos perdidos podem retornar à terra dos vivos depois da morte. Todas as experiências atribuídas à ação de almas desencarnadas são fruto da mente perturbada dos homens ou da ação dos demônios.

3. A segunda vinda de Cristo

A ressurreição de Cristo, seguida pelo envio do Espírito Santo, inaugurou uma nova era chamada de últimos dias nas Escrituras. No presente, o cristão vive na

realidade “semiescatológica” da “já” consumada obra de Cristo e no “ainda não” da Consumação futura. Um dia, Cristo retornará a este mundo de maneira visível, com o corpo glorioso de sua ressurreição, de modo que todo o mundo o verá. Somente após o período de grande tribulação é que ocorrerá a segunda vinda de Cristo, ou seja, a Igreja passará pela grande tribulação.

Cristo virá em poder, com os santos e os seus anjos, para julgar todos os homens e trazer o reino de Deus à Consumação. As Escrituras nos exortam fortemente a estarmos prontos para a vinda de Cristo. No entanto elas não nos dão um programa de tempo ou sinais de quando isso acontecerá. O retorno de Cristo é a mais sublime esperança do cristão. A igreja é encorajada a orar por esse retorno e apressá-lo por meio da pregação do evangelho a todo o mundo.

Muitos anticristos se levantaram ao longo da história, porém haverá um último indivíduo que será o Anticristo escatológico, que surgirá no período de grande tribulação, e regerá um sistema mundial que será contra a Igreja de Cristo.

A segunda vinda de Cristo é um evento único e visível a todos, ou seja, não existe o conceito de arrebatamento secreto. A Segunda Vinda de Cristo em glória e o arrebatamento são uma coisa só.

4. A ressurreição dos mortos

Haverá uma ressurreição geral de salvos e ímpios na segunda vinda de Cristo. Os salvos para reinarem com Deus e os ímpios para condenação eterna.

Os mortos que pertencem a Cristo serão ressuscitados por seu poder, em um corpo semelhante ao dele, e serão adequados ao estado eterno de comunhão com Deus e alegria eterna. Quanto aos perdidos, eles também serão ressuscitados, mas para julgamento e punição eterna. Esse destino deve fazer-nos temer e tremer, impelindo-nos a pregar o evangelho da graça salvadora de Deus a todas as nações. A identidade pessoal tanto dos salvos como dos perdidos será a mesma que tiveram na terra, mas seus corpos serão transformados em sua substância e propriedades.

5. O último julgamento

Julgamento geral (juízo final) de todas as pessoas na segunda vinda de Cristo.

Cristo retornará a este mundo como seu juiz, porque é o Filho do Homem e

o rei que o governa eternamente. Ele julgará os vivos e os mortos com justiça e não mostrará favoritismo ou parcialidade. Os eleitos serão declarados justos por causa da morte e da ressurreição de Cristo por eles, e serão convidados a entrar em seu reino eterno. Os ímpios e réprobos serão convencidos, com justiça, de seus pecados e iniqüidades e banidos da presença de Cristo, juntamente com Satanás e os demônios.

Neste ínterim, os cristãos devem apoiar todos os esforços legítimos para trazer justiça a este mundo, sabendo que julgamento pleno e perfeito ocorrerá apenas no fim dos tempos. Quanto às recompensas que Cristo prometeu ao seu povo, a Escritura diz muito pouco, mas o suficiente para nos dar motivação adicional à obediência e fidelidade.

6. O milênio

O milênio não é um período literal de mil anos. O milênio é espiritual onde os salvos reinam com Cristo no céu e sobre a terra. Tal período se iniciou na primeira vinda de Cristo, mas será pleno na segunda vinda.

Trata-se do ínterim entre a exaltação de Cristo e a sua segunda vinda, ou seja, o tempo presente em que as boas-novas do evangelho e suas bênçãos estão sendo anunciadas às nações. Ou seja, esse, esse reinado já é agora. Porém o tempo presente ainda sofre os efeitos do pecado e rebelião do homem e do poder de Satanás. Por isso manifestações do mal ocorrerão no mundo, juntamente com expressões do reino de Cristo, até que Ele retorne em glória.

7. A nova criação

Depois do retorno de Cristo, Deus recriará o universo físico. Então, seu povo ressuscitado, vestido de imortalidade e perfeição, viverá sob o governo de Cristo nesse novo céu e nova terra, para sempre.



**IGREJA REFORMADA
SEMPRE SE REFORMANDO**